

CIDADES SUSTENTÁVEIS – O QUE O PODER LOCAL E UMA FORMAÇÃO ADEQUADA EM URBANISMO PODEM FAZER?

Prof.^a Fernanda Magalhães

Universidade Mackenzie de São Paulo e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, CESUR-IST

Introdução

Em todo o mundo as cidades parecem experimentar há várias décadas uma variedade de tendências insustentáveis: crescimento demográfico descontrolado, delapidação de recursos naturais, produção exagerada de resíduos urbanos, consumo excessivo de energia, tráfego intenso, poluição, expansão de uso do solo urbano, entre outras. Tudo isso compromete o equilíbrio entre população e o consumo de recursos, com consequências nefastas na qualidade de vida e do ambiente nas cidades (1). A existência de ligações cruciais entre urbanização, transformações económicas e condições ambientais, faz com que em função da fase e padrão de desenvolvimento económico do país, diferentes tipos de problemas ambientais sejam criados nas cidades, distribuindo-se de modo desigual no interior destas (2).

Expansão urbana descontrolada tem sido pôr muitos anos a fonte de vários desses problemas nas cidades, mas muitas cidades já não crescem mais, e o problema passa a ser o oposto, ou seja, a redução populacional,

que afecta severamente antigos centros urbanos e obriga os poderes locais a lutar para atrair novos habitantes para manter suas cidades vivas.

Em muitos casos, o crescimento demográfico e a expansão urbana são acompanhados por um descaso pelas questões urbanísticas e ambientais, com consequências profundas nas cidades pois nem sempre as autarquias dão prioridade nas suas gestões a acções urbanísticas. Isso é especialmente grave em países em desenvolvimento, aonde a ausência de serviços básicos, deficiências graves em infra-estrutura e carências habitacionais, tem empurrado grande parte da população para ocupações clandestinas, frequentemente instaladas dentro e na periferia das cidade em sítios naturais como encostas, mangues, margens de rios e alagados.

Até o fim dos anos 80 em muitos países o importante era o desenvolvimento económico, a qualquer custo, independentemente dos impactos que este pudesse causar ao ambiente e a qualidade de vida das populações, e do consumo que fizesse dos recursos naturais. Essa política levou grandes levas de migrantes para os centros urbanos maiores, sem que estes estivessem devidamente preparados. As consequências ambientais foram nefastas, com o aumento da poluição industrial e doméstica, e os resíduos contaminando as zonas ribeirinhas e costeiras.

Essa visão “desenvolvimentista” sofreu profunda alteração nos anos 90, sendo esta viragem marcada na Europa pelo Tratado de Maastrich assinado pela União Europeia em 1992, que vem repudiar definitivamente a busca do crescimento económico sem olhar às consequências ambientais, e introduz a obrigação da

Comunidade de promover um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente (3). Esse mesmo documento também introduz uma mudança radical em matéria do urbanismo incorporando, pela primeira vez, medidas no âmbito do ordenamento do território, prevendo relações directas entre a Comissão Europeia e os órgãos locais, que são reconhecidos como fundamentais em termos da aplicação de legislação e iniciativas, respeitando o princípio da subsidiariedade. Essas mudanças constituem um passo importante, dada o reconhecimento da relevância dos sistemas de ordenamento territorial para assegurar a sustentabilidade, além do que consagram o conceito de responsabilidade global e partilhada pelo ambiente e pela qualidade de vida urbana pôr parte da EU e dos estados-membros, nomeadamente, das autarquias locais e municípios. Há subjacente um novo entendimento da cidade e do urbanismo em termos ecossistémicos, em que é consagrado o papel das cidades, no que se refere à solução dos problemas do ambiente global, seguindo a máxima “agir localmente, pensar globalmente”, reconhecendo que são nas cidades onde a aplicação da política do ambiente deve começar, e sendo pôr isso, os sistemas de ordenamento territorial os principais instrumentos para o desenvolvimento de um novo entendimento ecossistémico.

O Papel do Planeamento Urbanístico e das Autarquias Locais

Os sistemas de ordenamento territorial em grande medida definem aonde e quanta actividade deve ser implantada na cidade (4). Em muitas cidades as actividades se desenvolvem e localizam sem uma

decisão estratégica a priori que considere o transporte, as distâncias e o consumo de energia e dos recursos naturais locais, resultando em muitos casos em padrões desequilibrados de uso e ocupação do solo. Essa decisão implica no desenvolvimento de uma gestão correcta do uso do solo urbano que suporte padrões de mobilidade urbana, associados a políticas adequadas de acessibilidades e transportes, de modo a evitar os efeitos negativos do tráfego e da poluição sobre o ambiente urbano.

De outro modo, se o cidadão enfrenta na sua rotina diária graves dificuldades de circulação, há grande deterioração da sua qualidade de vida, traduzidos em stress, desperdício de tempo e energia, recursos escassos na vida moderna, que de outra forma, poderiam ser consumidos para o lazer e a diversão. Uma correcta política de transportes é fundamental para simultaneamente diminuir o tráfego melhorando a mobilidade urbana, e liberar espaços para o lazer com a construção de áreas verdes e espaços públicos, tais como parques lineares e periféricos, áreas costeiras, pequenas praças em espaços intersticiais ou a ocupação de zonas industriais desactivadas. Essa política deverá priorizar as redes de transporte de baixo consumo energético, privilegiando a construção de ciclovias combinadas a sistemas inter-modais de transporte colectivo, evitando o transporte motorizado individual. Opções que favoreçam o transporte motorizado se traduzem na construção de mais rodovias, que tem forte impacto negativo na estética e imagens urbanas, contribuindo ainda para dificultar a mobilidade do peão, na medida que constituem verdadeiras barreiras, fragmentam e dividem a cidade aos pedaços. Pôr isso, será fundamental que o urbanismo e a gestão autárquica

tenham em conta com atenção os aspectos relativos ao desenho, o que implicará, pôr exemplo, o cuidado com o calçamento, com gradis e guardas de protecção, com mobiliário urbano e com o desenho das vias, partindo sempre do princípio fundamental de que as cidades devem ser desenhadas para as pessoas.

O planeamento urbanístico ajuda também a definir o tipo e intensidade de edificado a ser construído e o volume e proporção de espaços livres na cidade, caracterizando o conjunto de espaços verdes e áreas públicas, contribuindo desse modo para qualificar o ambiente urbano. O desenho dos edifícios e dos espaços públicos pode favorecer a existência de condições micro-climáticas adequadas ao conforto humano, e ainda que frequentemente a legislação de controle da edificação urbana seja independente dos sistemas de ordenamento territorial, existe claramente uma forte interdependência entre estes. Os instrumentos urbanísticos deverão, pôr isso, recomendar boas práticas de edificação, sugerindo pôr exemplo menor dependência tecnológica dos serviços, o uso de materiais e produtos reciclados e a adopção de práticas de consumo energético reduzido. Existem ainda um conjunto de aspectos relacionados com o desenho dos edifícios e a sua disposição no espaço urbano que deverão ser controlados, nomeadamente, profundidades, alturas, volumetria, implantação no terreno, posição em relação a fontes (ruído, sol, vento, etc.), materiais externos de revestimento, superfícies envidraçadas, entre outros.

Nas cidades a qualidade de vida é promovida pôr meio de sistemas de ordenamento territorial, da existência de espaços para a vida colectiva, da melhoria da infra-

estrutura, da recolha de resíduos, da gestão energética e da promoção da utilização de transporte público. Em cidades com sistemas de ordenamento territorial atrofiados ou ineficazes é praticamente impossível, por exemplo, garantir espaços livres em número suficiente e adequadamente tratados de modo a oferecer uma vida com qualidade à população. A existência e preservação de recursos naturais e áreas verdes são fundamentais para isso, com importante papel na regulação e controle do clima e da poluição urbanas, e na manutenção de um bom ambiente urbano.

Os sistemas de ordenamento do território são considerados pela EU como um dos mecanismos essenciais para se avançar em direção a um desenvolvimento sustentável, isso exige conhecimentos específicos no domínio do urbanismo. Talvez o papel mais crucial desses sistemas seja assegurar que as reservas de capital natural e de património urbano sejam preservadas e transmitidas às gerações futuras (Relatório Cidades Europeias Sustentáveis, p. 173, CE, Bruxelas, 1996), sendo também explicitamente reconhecida pela CE, a influência da qualidade de vida e dos factores ambientais na localização e êxito da actividade económica.

As definições de sustentabilidade do relatório Brundtland (5) e do ICLEI (6) partem todas de necessidades humanas e não do ambiente, considerando sempre como o aspecto crucial do desenvolvimento sustentável é a salvaguarda e melhoria da qualidade de vida humana. Independentemente das suas atribuições e competências, que diferem muito de país para país, os poderes e as autarquias locais, através das muitas funções que desempenham – fornecimento directo ou

indirecto e regulamentação de serviços, gestora do ecossistema local, mobilizadora de recursos da comunidade, iniciadora do diálogo e de parcerias, entre outras – está numa posição privilegiada para formular e promover estratégias e acções que contribuam para a melhoria da qualidade de vida urbana. Fica claro, com base em várias experiências que redundaram em fracasso, que esse processo não pode ser imposto de cima, e que depende do desenvolvimento a nível local de capacidade institucional para assegurar o desenvolvimento sustentável, incluindo os processos e meios que permitam aos governos e comunidades o desenvolvimento de aptidões e conhecimentos especializados necessários para a gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais, como recomenda a “Agenda 21” e Agenda 21 local” (7).

Muitas das acções devem-se a uma visão e empenhamento de políticos locais e lideranças, que pôr um lado enfrentam obstáculos internos na administração que exigem a transformação da sua cultura organizativa, e uma compreensão das questões relacionadas com a sustentabilidade urbana, bem como de seus instrumentos. Acreditamos neste trabalho de que a análise de situações concretas de actuação do poder público local na área do urbanismo permitirá realçar os progressos que cada cidade alcançou, no seu contexto específico, no desenvolvimento de acções urbanísticas inovadoras que tenham contribuído para a sustentabilidade.

Entendemos ainda, que a formação profissional na área do urbanismo ocupa papel importante na formação dos quadros para os poderes municipais e autárquicos, exigindo a incorporação de conhecimentos novos em

domínios específicos como do ambiente, e de formação nas áreas da administração pública e da ética. O desenvolvimento da ideia da cidade como bem comum, e da responsabilidade partilhada pôr todas as partes envolvidas, da ideia de pertença e da noção do papel do ambiente urbano no futuro da humanidade e do planeta, são fundamentais na capacitação desse profissional.

Considerando ainda, que a capacidade das cidades para enfrentarem os obstáculos e se adaptarem ao processo de reestruturação económica em curso depende, em muitos aspectos, das próprias cidades, e em particular, de uma direcção política visionária e de uma boa gestão local. Isso implicará num entendimento de que as cidades de futuro terão que oferecer melhor qualidade ambiental através da redução no consumo de recursos, da diminuição dos resíduos, da busca pela equidade e o bem-estar social, aumentando a sua capacidade de atracção como locais de investimento e para viver e trabalhar. A fruição completa da cidadania e da vida urbana dependerá em grande medida das decisões a serem tomadas no seio da administração pública em estreita articulação com a comunidade a que representa.

Boas Práticas urbanísticas nas cidades do Rio e de Lisboa

Apesar das diferenças óbvias de tamanho, localização geográfica, e características socio-económicas, Rio e Lisboa são cidades com vários problemas em comum. Foram escolhidas neste trabalho pela familiaridade da autora com os dois contextos, e porque, acreditamos que essa comparação é virtuosa, pois permitirá extrair lições importantes de cada uma das cidades na operacionalização do conceito de sustentabilidade.

Nos dois casos o crescimento demográfico não foi acompanhado de uma provisão adequada de habitação, infra-estrutura e serviços urbanos, sendo a presença de formas clandestinas de habitar práticas correntes no processo de expansão urbana. Apesar da existência nas duas cidades de instrumentos de controlo e desenvolvimento urbano, inclusive de planos estratégicos, o grau de eficiência e eficácia é bastante variado, sendo relevante algumas acções urbanísticas lavadas a cabo pelas gestões municipais recentes. Reconhecendo a importância dos poderes locais na gestão do ambiente nas cidades e do papel da inovação urbana no caminho para o desenvolvimento sustentável, o trabalho destaca acções concretas desenvolvidas pelas cidades que tiveram essa natureza. Espera-se que, dessa forma, seja possível oferecer subsídios para a formulação de recomendações em matéria de desenvolvimento sustentável.

Rio de Janeiro – recuperando a qualidade perdida

No Rio este trabalho fará referência a um conjunto de iniciativas desenvolvidas pela municipalidade que incluem um conjunto de programas e acções urbanísticas que tem conseguido transformar a qualidade de vida na cidade.

Rio é uma cidade de 6 milhões de habitantes conhecida mundialmente pela sua beleza natural e pêlos seus fantásticos cenários, mas crime, pobreza e violência tem vindo a deteriorar a qualidade de vida dos habitantes locais – conhecidos como “cariocas”. Desde o início da década de 90 o poder municipal tem tentado implementar um sistema mais coerente e articulado de

planeamento urbano, que incluiu o desenvolvimento de um plano estratégico, um plano director e um número variado de projectos locais e programas específicos. Destes, é conveniente destacar, o Rio-Orla, o Rio-Cidade, o Corredor Cultural e o Favela Bairro. O primeiro destes projectos, o Corredor Cultural, teve início nos anos 80, e é responsável pela reabilitação de mais de 1500 imóveis classificados no centro tradicional da cidade. Esse projecto tem conseguido mudar gradualmente a imagem do centro, integrando a melhoria do edificado com o desenvolvimento sócio-económico local (8).

Rio-Orla teve início em 1992, logo depois da Conferência do Rio, e incluiu o redesenho completo de todo o calçamento e tratamento de áreas pedonais da orla costeira, com implantação e substituição de mobiliário urbano, construção de uma rede de ciclovias, instalação de iluminação e sinalética e implantação de facilidades desportivas. Esse projecto propiciou a ligação do centro com todos os bairros da orla costeira através de uma rede de ciclovias e vias pedonais, criando pôr muitos quilómetros ao longo da costa novas áreas de lazer. Além disso, ao fechar uma das pistas da marginal ao tráfego veicular nos fins de semana e nos feriados, a cidade ganhou novas oportunidades para o lazer e o desporto urbano, propiciando caminhadas, encontros, corridas, e tudo mais que os cariocas possam inventar.

O último programa do Rio referido aqui neste trabalho, o Favela Bairro, começou em 1994, e trata de melhorar as condições das favelas, integrando-as a cidade através de pavimentação e calçamento adequados, organização da rede viária, reflorestamento e plantio de vegetação,

correção de problemas de enchentes e deslizamentos, melhoria da infra-estrutura e serviços básicos, instalação de equipamentos e áreas de lazer e desporto, articuladas a promoção de actividades de geração de renda e capacitação profissional (9).

Uma avaliação dessas acções revelam primeiramente um forte empenhamento dos políticos eleitos e do poder municipal em promover a mudança como forma de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes através de acções inovadoras. Mostram também que se pôr um lado a existência de instrumentos mais amplos de planeamento urbano, com o plano estratégico e o plano director, são fundamentais para orientar investimentos, desenvolver parcerias e organizar as actividades na cidade, a sua articulação com formas mais ágeis de acção que permitam sua concretização num horizonte curto, perceptível pèlos habitantes locais, é essencial. Em última instância é através da implementação dessas acções que o habitante local poderá experimentar transformações verdadeiras na sua qualidade de vida urbana.

Sem sombra de dúvida, o Rio é uma cidade mais agradável de morar do que há dez anos atrás, mesmo com a persistência de problemas estruturais graves, como a pobreza e a violência. Atacar essa problemática demanda uma acção mais profunda, que obviamente não depende somente do poder local.

Os projectos apesar de serem pontuais, melhorando pequenos trechos urbanos, pôr estarem bem espalhados pela cidade sem se concentrarem nas áreas mais privilegiadas, conseguiram imprimir melhor qualidade urbanística ao conjunto, e tiveram um impacte positivo.

É importante destacar também o efeito multiplicador que o investimento na imagem urbana provocou, quer seja no comércio, como no turismo, e na capacidade de atrair novos investimentos para a cidade. Por último, foi importante a existência de alguma articulação entre essas ações de micro-urbanismo ou de desenho urbano com outros instrumentos urbanísticos mais abrangentes e de médio-longo prazo, como o plano estratégico e o plano director. E ainda é imprescindível lembrar que a continuidade administrativa, garantida pela permanência do poder local nos últimos oito anos, pois o prefeito (Presidente da Câmara), em exercício até recentemente, tinha sido o Secretário de Urbanismo (Vereador) na gestão anterior, foi decisiva.

Apesar dessas grandes mudanças muito significativas para a melhoria da qualidade de vida na cidade, convém destacar a ameaça que constituem a expansão das favelas sobre as reservas naturais, zonas florestais urbanas e a paisagem característica da cidade. Políticas efectivas de controlo, contenção e ordenamento dessas ocupações deveriam ser desenhadas com prioridade.

Lisboa – no caminho para um sistema integrado de planeamento

Embora Portugal seja um país Europeu, em muitos aspectos enfrentou problemas semelhantes a países como o Brasil. Em 1960 somente 19% dos fogos tinham casa de banho, 38% eram servidos por rede de esgoto e menos de metade da população tinha abastecimento de água em suas habitações. Um sistema de planeamento territorial só passou a ser obrigatório a partir de 1990 com o Dec. Lei 69/90, que explicita também a necessidade da protecção dos valores ambientais

municipais. Actualmente acima de 90% dos 305 municípios já tem um plano director municipal aprovado.

Lisboa, com aproximadamente 700.000 habitantes, é muito menor que o Rio com os seus cerca de 6 milhões de habitantes, mas enfrenta alguns desafios semelhantes. Durante as décadas de 60 e 70 a cidade e a sua área metropolitana receberam um grande contingente de migrantes, fruto da rápida urbanização que o país sofreu no período. Nesse processo muita terra originalmente rural na periferia urbana foi rapidamente transformada em subúrbio de baixa-média densidade, restando pouco da vegetação e paisagem naturais. Grande parte dessas ocupações foram clandestinas. A expansão para vectores cada vez mais distantes dessa mancha aumentou as distancias e os percursos, o que conjugado a carências no sistema de transportes colectivo, fez crescer a dependência no transporte individual motorizado e agravou as condições de mobilidade em toda a metrópole. A função residencial migrou para a periferia, enquanto o terciário permaneceu na regiões mais centrais, ainda que gradualmente este também tem vindo a ocupar grandes superfícies e parques especializados fora do centro metropolitano. Isso tem resultado numa separação de usos, nomeadamente da habitação em relação ao emprego, aos serviços e ao lazer, com perdas significativas na qualidade de vida das populações, culminando no fim da década de 80 com uma situação critica de perda de população de Lisboa para os seus municípios vizinhos.

Apesar da existência de um Plano Geral para a cidade (o PGUCL aprovado em 1977), durante a década de 80 a cidade cresceu praticamente a margem de um sistema de

planeamento, através de um conjunto de acções pontuais desarticuladas sem seguir a nenhum programa de mais longo prazo. Até o início dos anos 90 a cidade sofria com a ausência de um sistema eficaz de ordenamento territorial que pudesse dar respostas aos sérios problemas que tinha que enfrentar – decadência habitacional, perda de população, carências em infraestrutura e serviços, entre outras.

Em 1990 o município deu início ao plano estratégico, que seria concluído e aprovado dois anos depois. Esse plano, desenvolvido em simultâneo com o plano director, foi peça chave para a implementação de um novo sistema integrado de planeamento e gestão formado por um conjunto de instrumentos de natureza distinta e articulada que funcionavam à várias escalas (macro e micro). O plano estratégico identificou as principais linhas de desenvolvimento a serem seguidas, e as traduziu num conjunto de acções que se operacionalizavam através de outros instrumentos urbanísticos (plano director, plano de pormenor, projectos e estudos urbanos). É necessário destacar, que pela primeira vez em Portugal, o Plano passa a ser visto não somente como mero instrumento de controlo do uso do solo, mas como elemento de salvaguarda dos valores culturais e naturais da cidade (10). Duas das acções incorporadas nesse processo são destacadas neste trabalho – a EXPO e o programa de reabilitação de áreas históricas.

A EXPO é responsável pela reabilitação de uma área total de 330 hectares, 60 dos quais reservados a última exposição do século XX, que aconteceu em 1998. O projecto foi uma oportunidade única de mostrar o estado da arte da arquitectura portuguesa e do urbanismo. O

evento foi usado para ancorar o desenvolvimento de toda a área, apoiado na estratégia de criar uma nova centralidade para a cidade e para a sua área metropolitana, conseguida pôr meio de uma mistura de usos articulados a um sistema intermodal de transporte. Em oposição ao que foi feito em Sevilha, em Lisboa a maior parte dos edifícios foram desenhados para ter um carácter permanente, permanecendo como o coração da nova cidade. Além dos pavilhões temáticos, fazem parte da área outros edifícios permanentes, tais como o Pavilhão Olímpico, o Teatro e os restaurantes nas docas. Um grande centro comercial com ligação a estação intermodal, ficou pronto depois da exposição. O projecto urbanístico deverá estar completo em 2009, quando 25.000 fogos estarão concluídos, e a área oferecera 18000 postos de trabalho. O projecto teve presente varias preocupações ambientais, que incluíram a construção da torre verde, para habitação, concebida para economizar energia; e a instalação de um sistema selectivo de recolha de lixo que serve individualmente cada fogo (11).

Ainda é cedo entretanto, para poder fazer uma avaliação completa do projecto, mas é evidente que houve inovação, com boa arquitectura e espaços urbanos de qualidade, consagrando-se como um novo espaço de lazer e convívio na cidade, mas acima de tudo ao posicionar a habitação próxima, permitiu criar um espaço aonde é possível trabalhar e se divertir sem ter que percorrer grandes distâncias, e pôr isso contribuiu para reduzir o consumo de energia. Serviu também como exemplo de referencia de um urbanismo multifuncional estruturado pôr um sistema eficiente de transporte colectivo, e acima de tudo, permitiu que uma área abandonada e contaminada da cidade se

transformasse num espaço agradável e atraente. A reabilitação urbana desse trecho da cidade significou a recuperação da sua frente ribeirinha à vida dos seus habitantes, tendo inovado na combinação de investimento público, associado ao privado, na implantação de infra-estrutura e na edificação.

O projecto representa claramente um exemplo de boa pratica que poderá servir como inspiração para muitas cidades que, como Lisboa, sofrem com o processo de reestruturação produtiva e herdaram nesse processo grandes frentes urbanas vazias ou sub-ocupadas, frequentemente poluídas, e que no passado eram ocupadas pôr grandes estruturas industrias ou pôr docas, hoje desactivadas.

O outro projecto que tomamos como referência é o programa de reabilitação das zonas históricas. Frequentemente essas áreas são habitadas por uma população envelhecida, de fracos recursos, que vive em habitação precária, mas são vitais para a identidade e imagem da cidade de Lisboa. Reconhecendo a sua importância, o município desde os anos 80 tem vindo a desenvolver um programa de apoio à melhoria das condições habitacionais, com o objectivo primordial de manter a população original desses bairros, mas atraindo novos usos e novos habitantes. Esse programa tem sido muito bem sucedido em vários bairros da cidade, como e o caso do Bairro Alto e Alfama, e a melhoria é visível, sendo hoje lugares com vitalidade e atraentes para viver e visitar. O programa conseguiu um resultado bastante positivo, tendo efectivamente sucesso em conter o processo de deterioração das condições de vida nessas áreas, facto importante para a manutenção da sua memória e identidade.

Apesar dos esforços na última década, o investimento em áreas verdes e espaços públicos parece ter sido reduzido, estando no momento o novo parque da EXPO em conclusão. É evidente a necessidade de adoptar uma atitude mais holística incorporando valores culturais e naturais, e alargando as oportunidades ambientais da cidade.

Conclusões

Qualquer avaliação sobre o grau de sucesso em implementar um desenvolvimento urbano sustentável deve ser julgado caso a caso, dentro dos limites e oportunidades de cada cidade. Parece óbvio entretanto, que Lisboa demonstrou ter vencido um obstáculo primordial importante, que era a de desenvolver e operacionalizar um sistema de ordenamento territorial coerente e integrado. Superado esse primeiro estágio, a cidade se depara com uma nova geração de problemas que consiste em saber como usar melhor os seus recursos naturais e ambientais, em simultâneo com um melhor entendimento da relação estreita que existe entre gestão, ambiente e urbanismo. Isso significa recusar qualquer urbanismo que não vá além de uma abordagem sectorial e de acções pontuais, ou em outras palavras, que não seja capaz de olhar para a cidade numa perspectiva holística.

No caso do Rio também houve um avanço significativo, e qualquer um que visite a cidade percebe que há uma maior sentimento de segurança e melhor qualidade de vida do que há uma década. Nos dois casos o urbanismo e o planeamento urbano foram instrumentos fundamentais para a mudança, e os resultados foram

fruto de uma gestão autárquica mais informada e actualizada que soube fazer uma política moderna, utilizando os instrumentos adequados para transformar o espaço urbano da cidade num ambiente de melhor qualidade. Pôr último, assim como em Curitiba, no Rio o próprio prefeito (Presidente de Câmara), era um arquitecto com uma visão clara do que fazer pela cidade, e em Lisboa, o autarca foi capaz de criar ao seu redor toda uma estrutura de técnicos especialistas na matéria que ajudaram a transformar o seu programa político de governo em um projecto verdadeiro de cidade. Gostaríamos assim de encerrar o trabalho destacando a importância de uma conscientização e formação adequada na matéria, quer do corpo técnico integrante das autarquias, quer dos próprios decisores políticos.

Referências Bibliográficas:

- [1] Magalhães, Fernanda, *O Desenvolvimento Urbano e o Desenvolvimento Sustentável*, Fundação Calouste Gulbenkian, in Contribuições para o Desenvolvimento da Cidade, Revista Estudos de Engenharia Civil, Lisboa, Portugal, pp. 503 to 515, 1998.
- [2] GRUPO DE PERITOS SOBRE AMBIENTE URBANO, *Cidades Europeias Sustentáveis*, Comissão Europeia, Bruxelas, 1996
- [3] COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Tratado da União Europeia*, Bruxelas, 1992d
- [4] Magalhães, Fernanda, *Sustainability and the Environment in Cities – a case study*, 43 IFHP World Congress, Gothenburg, Sweden, 1998.

- [5] WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, *Our Common Future*, Oxford University Press, 1987
- [6] LOCAL MANAGEMENT BOARD, *Local Agenda 21 – Principles and Process – A step by step guide*, Lutton, 1994a
- [7] IPAMB, *Agenda 21 e Outros Documentos Aprovados na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento*, Instituto de Promoção Ambiental, Lisboa, 1993
- [8] Del Rio, Vicente and Pinheiro, Augusto Ivan, *Cultural Corridor: a preservation District in Downtown Rio de Janeiro, Brazil*, Traditional dwellings and settlements Review, Berkeley, United States, vol. IV #11, 1997.
- [9] Del Rio, Vicente, *Um balanço do Urbanismo Contemporâneo no Brasil: de Curitiba ao Rio de Janeiro*, Paper presented at the VIII IberoAmerican Congress of Urbanism, Porto, Portugal, 1998.
- [10] Craveiro, Teresa, *O Sistema estratégico de Lisboa*, unpublished paper, Lisbon, Portugal, 1999.
- [11] Magalhães, Fernanda and Serdoura, Francisco, *Looking to Lisbon Environmental Quality, Design and Urban Planning*, REBUILD – The Eurpean Cities of Tomorrow, 2nd European Conference, pp. 202 to 206, Florence, Italy, 1998.